



### DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 – É cabível controle de constitucionalidade abstrato de veto do Chefe do Executivo a projeto de lei? Em caso afirmativo, qual a ação cabível? (50 pontos)
- 2 – Foi ajuizada Representação de Inconstitucionalidade impugnando lei estadual que disciplina compras coletivas pela Internet, sob o argumento de inexistência de interesse regional para o exercício de competência legislativa em matéria de consumo. Quais argumentos poderiam ser invocados pela PGE em defesa do diploma legal? (50 pontos)

### DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 – O Estado do Rio de Janeiro publicou edital de concorrência com vistas a delegar, por meio de concessão comum, serviço público estadual. Cláusula editalícia estabelecia que parcela da remuneração seria subsidiada pelo Poder Concedente. Determinado licitante impugnou o edital questionando que se trata de concessão patrocinada e não comum. Pergunta-se: procede a impugnação? Fundamente a resposta. (50 pontos)
- 2 – Conceitue a desafetação de bens públicos e indique os meios para sua ocorrência. (50 pontos)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 – Em ação proposta contra o Estado do Rio de Janeiro, depois de apresentada contestação e produzidas todas as provas requeridas pelas partes, o juiz proferiu sentença julgando improcedente o pedido, sem a oitiva do Ministério Público. O autor interpôs recurso de apelação alegando, em preliminar, nulidade da sentença em razão da ausência de intervenção do órgão ministerial. Na qualidade de Procurador do Estado, como você se manifestaria a respeito da nulidade arguida? (50 pontos)
- 2 – Discorra sobre os requisitos da reconvenção. (50 pontos)